Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sexta-feira, 9 de setembro de 2022
Ano CVII ● Número 29.198
ISSN 1980-9123

INÊS 249
Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

O BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Pela primeira vez na História, data foi usada para fins eleitoreiros. Por Paulo Alonso, **página 2**

NOSSA HOMENAGEM A ELIZABETH II

Rainha deixará um vazio; será substituída por Charles III. Por Bayard Boiteux, **página 3**

PRESSÃO DA ALERJ FAZ ENEL CONTRATAR

Distribuidora abriu 156 vagas de empregos diretos. Por Sidnei Domingues e Sérgio Braga, **página 4**

Neoliberalismo faz Brasil recuar 8 anos em desenvolvimento humano

País recua mais que a média mundial

O Brasil está na 87ª posição, entre 191 países, do ranking do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que mede o bem-estar da população considerando indicadores de saúde, educação e renda. Este é um dos dados do novo Relatório da ONU sobre Desenvolvimento Humano 2021/22, divulgado nesta quinta-feira. Para se ter uma ideia, o Brasil no relatório do ano passado estava em 84º lugar. Em 2018, ocupava a 79ª posição.

Segundo o estudo, as múltiplas crises existentes estão impedindo o progresso do desenvolvimento humano, que está retrocedendo na esmagadora maioria dos países, incluindo o Brasil. O relatório informa ainda que a lista de eventos que causam grandes perturbações é grande. A pandemia e a intervenção russa na Ucrânia se somaram a amplas transformações sociais e econômicas.

O IDH do Brasil chegou a 0,754, mesmo valor de 2014, consequência da perda de desenvolvimento humano por dois anos consecutivos. Essa é uma queda maior do que a média mundial – o IDH global recuou para o nível de 2016, para se ter uma ideia. Em 2014, o Brasil ocupava a 75ª posição entre 188 países.

"O desenvolvimento humano [global] voltou aos níveis de 2016, revertendo parte expressiva do progresso rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A reversão é quase universal, pois mais de 90% dos países registraram declínio na pontuação do IDH em 2020 ou 2021, e mais de 40% caíram nos dois anos, sinalizando que a crise ainda está se aprofundando em muitos deles", explica o relatório.

O impacto da Covid-19, com as recusas e atraso de compras de vacinas pelo Governo Federal, foi imenso no Brasil, onde o nível de mortalidade foi altíssimo (2º no mundo – são 684.425 óbitos confirmados em 5/9/2022). Esse impacto se refletiu na saúde do país, que influenciou demais no IDH na comparação com 2019.

O auxílio emergencial pode explicar o aumento da renda média do brasileiro com relação a 2019, o que não afetou o IDH. Os indicadores de educação ficaram estagnados, após todos os cortes sucessivos do governo nessa área.

Segundo o Pnud, pela primeira vez em 32 anos de IDH, o número diminuiu globalmente por dois anos consecutivos. Isso sinaliza um aprofundamento da crise para muitas regiões.

Foto Fotos Públicas

Rainha morta, rei posto: filho assumirá como Charles III

Morre Elizabeth II, fiadora da City londrina

A rainha Elizabeth II, a monarca com o reinado mais longo da história da Grã-Bretanha, morreu aos 96 anos, anunciou o Palácio de Buckingham nesta quinta-feira. "A rainha morreu pacificamente em Balmoral [na Escócia] esta tarde", disse o comunicado oficial. O falecimento da rainha ocorre um dia depois de ela felicitar o Brasil pelos 200 anos da Independência e dois dias depois de nomear Liz Truss como a nova primeira-ministra britânica, sucedendo a Boris Johnson.

"O rei e a rainha consorte permanecerão em Balmoral esta noite e retornarão a Londres amanhã [sexta]", acrescentou o Palácio, indicando que seu filho, o príncipe Charles, agora se tornou o novo rei da Grã-Bretanha. Ele será coroado como Charles III.

Nascida em 21 de abril de 1926, Elizabeth II foi proclamada rainha após a morte de seu pai, o rei George VI, em 6 de fevereiro de 1952. Ela foi formalmente coroada monarca do Reino Unido em 2 de junho de 1953. Seu marido, o príncipe Philip, morreu aos 99 anos em abril de 2021.

A monarquia britânica, sob comando de Elizabeth II, se tornou fiadora da City, o sistema financeiro londrino, no capitalismo global, base para manutenção do poderio britânico aliado aos Estados Unidos.

Mais de 3 milhões estão com dívidas em São Paulo

O endividamento das famílias paulistanas segue crescendo. Em agosto, a porcentagem de lares com dívidas marcou um novo recorde para a série histórica da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC). O levantamento, realizado pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), indica que o percentual chegou a 76,6%. Há um ano, esta parcela era de 67,2%. Em números absolutos, são 3,08 milhões de famílias com algum tipo de dívida (400 mil a mais, no contraponto anual).

A maior parcela das dívidas, mais uma vez, está concentrada no cartão de crédito (83,1%), seguido pelo carnê (16,5%) e pelo crédito pessoal (12,3%). Embora menor em relação aos demais, este último atingiu o maior patamar em quatro anos. A elevação indica que os consumidores estão buscando a modalidade para pagar compromissos do cotidiano, evitando um crédito mais caro (como o cheque especial), ou até mesmo porque já ultrapassaram o limite do cartão.

Acompanhado o endividamento, a inadimplência voltou a subir, atingindo 24% dos lares. O motivo, em ambos os casos, é a inflação elevada, que atrapalha os ganhos conquistados com a melhoria do mercado de trabalho. Em agosto de 2021, o percentual de famílias inadimplentes era de 18,8%. Atualmente, 965 mil estão com as contas em atraso – 215 mil a mais, em comparação ao mesmo período de 2021. O número dos lares que afirmam que não conseguirão pagar as dívidas em atraso ficou tecnicamente estável (8,6%).

Quanto às faixas de renda, a pesquisa demonstra que houve recorde de endividamento em ambas. Os porcentuais foram de 78,8%, para as famílias que ganham até dez salários mínimos, e de 70,2%, para as que recebem acima desse valor. Em relação à inadimplência, ambas subiram no mês, mas aqui a diferença é mais significativa: de 28,7%, para o primeiro grupo, e de 11,7%, para o segundo.

Com mais condições de quitar os compromissos assumidos, os lares com maiores rendimentos também estão mais propensos a consumir. A Intenção de Consumo das Famílias (ICF) – outro indicador da FecomercioSP – cresceu 2,8% para o grupo com mais de dez salários mínimos.

Guru de Trump e Bolsonaro se entrega em NY

Steve Bannon, que atuou como estrategista-chefe do ex-presidente dos EUA Donald Trump, foi acusado nesta quinta-feira de lavagem de dinheiro, conspiração e esquema para fraudar depois de se entregar aos promotores do Estado de Nova York. Bannon também inspira o governo Bolsonaro, tendo ligações especialmente com Eduardo Bolsonaro, o filho 03.

Os promotores acusam Bannon, 68 anos, e We Build the Wall, Inc., uma corporação sem fins lucrativos com sede na Flórida, por um esquema de captação de recursos de um ano que rendeu mais de US$ 15 milhões de milhares de doadores e para lavar o produto desse esquema.

Bannon e We Build the Wall, Inc. foram acusados de duas acusações de lavagem de dinheiro, três de conspiração e uma de esquema para fraudar pelo júri do Supremo Tribunal do Estado de Nova York, de acordo com um comunicado do gabinete do procurador distrital de Manhattan.

"O Sr. Bannon aproveitou as opiniões políticas de seus doadores para garantir milhões de dólares que ele então desviou. O Sr. Bannon mentiu para seus doadores para enriquecer a si mesmo e a seus amigos", acrescentou a procuradora-geral de Nova York, Letitia James.

Bannon se declarou inocente, disse uma reportagem da ABC News. "Isso nada mais é do que uma armação político-partidária do sistema de justiça criminal", afirmou na terça-feira.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,2155
Dólar Turismo	R$ 5,4140
Euro	R$ 5,2141
Iuan	R$ 0,7494
Ouro (gr)	R$ 287,82

ÍNDICES

IGP-M	-0,70% (agosto)
	0,21% (julho)
IPCA-E	
RJ (junho)	0,46%
SP (junho)	0,79%
Selic	13,75%
Hot Money	0,63% a.m.

O bicentenário da Independência do Brasil

Por Paulo Alonso

O Brasil comemorou com desfiles militares em todas as capitais, comícios eleitorais e um megaevento na Avenida Atlântica, nas proximidades do Forte de Copacabana, com a presença do presidente da República, os 200 anos da Independência do Brasil. O poder público e o cargo que ocupa foram usados pelo atual mandatário da Nação que, em vez de festejar a liberdade do 7 de setembro, fez grandes eventos políticos na Capital da República e na Praia de Copacabana, com apoiadores que pediam a prisão dos ministros do STF, volta à ditadura e intervenção militar, dentre outras frases que negam à democracia, à soberania do Estado e que contrariam firmemente o texto da Constituição.

Alguns tumultos foram registrados pelo país afora, com ataques entre os candidatos que disputam o Palácio do Planalto e de correligionários ortodoxos, que, em vez de pregarem a paz e a harmonia, contribuem para o desentendimento e o acirramento de ódios e rancores. Com menos de 30 dias para o pleito eleitoral, o que se percebe é a crescente e desmedida guerra de ofensas e de baixarias, além da polarização existente e crescente. Essa data, que deveria ter sido comemorada somente com festividades cívicas e amor à Pátria, fica também marcada, na História, como um dia em que pela primeira vez na História da República foi usada para fins eleitoreiros, indo de encontro daquilo que deveria ser, e com exclusividade, a festa magna do bicentenário.

Como parte das celebrações, o coração de D. Pedro I foi trazido da Cidade do Porto, Portugal, para ser exposto no Itamaraty, em Brasília, e o Museu do Ipiranga foi reaberto, depois de nove anos fechado para obras de restauração. Os presidentes da República de Portugal, Marcelo Rebelo de Souza; Guiné-Bissau, Umaro Sissoco Emabaló; e Cabo Verde, José Maria Neves, prestigiaram a celebração dos 200 anos, em Brasília, que não contou com as presenças dos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira; do Senado Federal, Rodrigo Pacheco; e do STF, Luiz Fux.

É sempre bom recorrermos à História e lembrarmos que a Independência do Brasil foi o processo histórico de separação entre Brasil e Portugal, que se estendeu de 1821 a 1825, colocando em violenta oposição as duas partes dentro do Reino de Portugal, Brasil e Algarves. As Cortes Gerais da Nação Portuguesa, instaladas em 1820, como consequência da Revolução Liberal do Porto, tomaram decisões, a partir de 1821, que tinham como objetivo reduzir a autonomia adquirida pelo Brasil, o que na prática o faria retornar ao seu antigo estado colonial.

Com essa revolução, a família real foi forçada a retornar a Lisboa, em 26 de abril de 1821. Quando D. João VI retornou a Lisboa, por ordem das Cortes, levou todo o dinheiro que podia, calcula-se que 50 milhões de cruzados, apesar de ter deixado no Brasil a sua prataria e a enorme biblioteca, com obras raras que compõem hoje o acervo da Biblioteca Nacional. Em consequência da leva desse dinheiro para Portugal, o Banco do Brasil, fundado por ele próprio, ainda em 1808, quando chegou ao Brasil e abriu os portos às nações amigas, veio a falir, em 1829.

Antes de deixar o Brasil, no entanto, D. João VI nomeou seu filho mais velho, D. Pedro de Alcântara, como Príncipe Regente. Embora Dom Pedro fosse fiel ao pai, a vontade das cortes portuguesas em repatriá-lo e de retornar o Brasil ao seu antigo estatuto colonial o levou a rebelar-se. A data comemorada para independência do Brasil é 7 de setembro de 1822, ocasião em que ocorreu o evento conhecido como o Grito do Ipiranga, às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo.

Em 12 de outubro de 1822, o príncipe foi aclamado D. Pedro I, Imperador do Brasil, sendo coroado e consagrado em 1º de dezembro de 1822, e o país passou a ser conhecido como o Império do Brasil.

Durante a sangrenta guerra da independência, que se iniciou com a expulsão dos exércitos portugueses, em 1821, foi criado o Exército do Brasil, a partir da contratação de mercenários, alistamento de civis e de algumas tropas coloniais portuguesas. O exército imediatamente se opôs às forças portuguesas, que controlavam algumas partes da nação.

A partir de abril de 1821, as províncias brasileiras receberam as bases da Constituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, junto com as instruções para que procedessem às eleições de seus representantes à Constituinte. Em Portugal deputados já haviam sido eleitos e estavam trabalhando nas Cortes desde janeiro de 1821.

A insatisfação quanto às resoluções das Cortes foi generalizada entre a maioria dos residentes do Brasil, tanto os de origem brasileira quanto os de origem portuguesa. Dois grupos que se opunham as ações das Cortes para minar gradualmente a soberania brasileira apareceram: os Liberais, liderados pelo maçom Gonçalves Ledo e os Bonifacianos, liderado pelo também maçom José Bonifácio de Andrada. Ambas as facções não tinham nada em comum em suas metas para o Brasil, com a única exceção de seu desejo de manter o país unido com Portugal como uma monarquia soberana. O Movimento Constitucionalista de 1821 é considerado o primeiro episódio da Independência do Brasil.

Em Lisboa, as Cortes Portuguesas não respeitavam o príncipe no Brasil. Assim, a lealdade devida por Pedro às Cortes gradualmente foi transferida à causa brasileira. Dona Leopoldina, intelectual, estrategista, amante das artes e da cultura em geral e poliglota, foi figura importantíssima para a independência do Brasil. Ela favorecia o partido brasileiro e encorajou o marido a permanecer no país. A resposta de Pedro veio em 9 de janeiro de 1822, quando, de acordo com jornais, declarou: "Como é para o bem de todos e para a felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que eu vou ficar", o famoso Dia do Fico.

Com tantos conflitos, Pedro partiu para a Província de São Paulo para assegurar a lealdade dos locais à causa brasileira. Ele alcançou sua capital em 25 de agosto e lá ficou até o dia 5 de setembro. Com sua viagem, deixou D. Leopoldina como regente. Diante das exigências de Portugal para que o casal retornasse a Lisboa, ela convocou uma sessão extraordinária do Conselho de Estado, em 2 de setembro, e, juntamente com os ministros, decidiu pela separação definitiva entre Brasil e Portugal, assinando então a declaração de independência e mandando-lhe também um bilhete, pelo mensageiro Paulo Bregaro: "O Brasil será em vossas mãos um grande país. O Brasil vos quer para seu monarca. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio ele fará a sua separação. O pomo está maduro, colhei-o já, senão apodrece."

No dia 7 de setembro, quando já retornava ao Rio de Janeiro, Pedro recebeu a carta de José Bonifácio e de D. Leopoldina. O príncipe foi informado que as Cortes tinham anulado todos os atos do gabinete de Bonifácio e removido o restante de poder que ele ainda tinha. Pedro voltou-se para seus companheiros e falou: "Amigos, as Cortes Portuguesas querem escravizar-nos e perseguir-nos. A partir de hoje as nossas relações estão quebradas. Nenhum vínculo unir-nos mais" e continuou, depois de arrancar a braçadeira azul e branca que simbolizava Portugal: "Tirem suas braçadeiras, soldados. Viva a independência, à liberdade e à separação do Brasil." Ele desembainhou sua espada afirmando: "Para o meu sangue, minha honra, meu Deus, eu juro dar ao Brasil a liberdade" e gritou: "Independência ou morte".

A separação oficial de Portugal só ocorreria em 22 de setembro de 1822, em uma carta escrita por Pedro a D. João VI. Em 12 de outubro de 1822, o príncipe Pedro foi aclamado D. Pedro I, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. Era ao mesmo tempo o início do reinado de D. Pedro I e de D. Leopoldina e do Império do Brasil.

Depois de três anos de conflito armado, Portugal finalmente reconheceu a independência do Brasil, e, em 29 de agosto de 1825, foi assinado o Tratado de Amizade e Aliança, celebrado entre Brasil e Portugal. Todavia, em troca do reconhecimento como estado soberano, o Brasil se comprometeu a pagar ao Reino de Portugal uma indenização substancial e assinar um tratado de comércio com o Reino Unido como indenização por sua mediação.

Chegamos ao ano de 2022, celebrando o Bicentenário da Independência do Brasil e às vésperas das eleições gerais. Com Ordem e Progresso, respeito à Constituição e à Pátria, o povo irá digitar o seu voto nas urnas em outubro. Essa é a forma mais democrática de se escolher e de se eleger os representantes que serão os responsáveis pelos destinos do país, nos próximos quatro anos.

Faz-se mister reforçar que a democracia é um regime em que todos os cidadãos elegíveis participam igualmente, na proposta, no desenvolvimento e na criação de leis, exercendo o poder da governação, por meio do sufrágio universal. A democracia abrange as condições sociais, econômicas e culturais que permitem o exercício livre e igual da autodeterminação política.

Viva a Independência do Brasil. Viva a Liberdade.

Paulo Alonso, jornalista, é reitor da Universidade Santa Úrsula.

Como a tecnologia assegura um ambiente financeiro mais seguro?

Por Alessandro Dall Orto

Acompanhando o avanço de novas tecnologias sobre o meio corporativo, hoje, a segurança dos dados é um tópico que apresenta um forte caráter prioritário para lideranças das mais diversas áreas. Tão importante quanto contar com o elemento digital no cotidiano das operações é ter a certeza de que todos os dados armazenados e movimentados estarão seguros, a fim de evitar prejuízos pesados para a saúde e austeridade financeira da organização. E claro, também é impensável manter relações produtivas com os consumidores sem que uma política clara de privacidade, transparência e consentimento seja aplicada e demonstrada.

Recentemente, o Brasil avançou 53 posições no ranking mundial de cibersegurança, realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU). As perspectivas são positivas, sem dúvidas, mas é necessário reconhecer que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Por exemplo, não são poucas as notícias sobre ataques de hackers, vazamentos de dados, entre outras atividades ilícitas que desafiam o poder de segurança das empresas.

Tomando como base esse plano de fundo, é fundamental que a inovação seja levantada como uma possibilidade real de se mitigar riscos e construir, em termos práticos, um ambiente favorável à integridade dos processos.

Os dados no centro de mudanças

Toda informação possui seu valor pessoal, seja sob a ótica da legislação, do interesse individual ou do ponto de vista analítico. Fato é que garantir a segurança dos dados é um ponto de partida bem-vindo para amadurecer uma cultura organizacional de conformidade. Sistemas manuais, além de contribuírem para atividades morosas e pouco eficientes, flertam com a ocorrência de erros e falhas nocivas.

Seguindo essa linha de raciocínio, optar pela automatização de procedimentos rotineiros surge como a alternativa mais indicada, na medida em que o gestor deixa o fluxo de dados a cargo da máquina, com materiais depositados em plataformas seguras, confiáveis e totalmente acessíveis. Deixando as planilhas para trás, trata-se de uma iniciativa que coloca a tecnologia para trabalhar a serviço do departamento financeiro.

Segurança deve alcançar transações financeiras

As organizações estão expostas a riscos diversificados. E isso atinge, igualmente, as transações financeiras concebidas no âmbito interno e/ou externo. Nesse sentido, a presença tecnológica traz clareza e controle sobre o status de todas as operações financeiras, oferecendo a checagem de dados, prazos, pagamentos previstos e confirmados, assim como uma visão ampla sobre o caixa. Dessa forma, é possível evitar golpes, fraudes e qualquer tipo de anormalidade constatada na área.

Por fim, com ferramentas de alta confiabilidade, respeito à proteção dos dados e um modus operandi de controle total quanto a transações financeiras, a empresa terá condições de evidenciar inconsistências e antever problemas, em uma postura preditiva que só beneficiará o negócio em sua totalidade. Ademais, com a tecnologia servindo de fio condutor para ações de cibersegurança, a tendência é que o quadro de ameaças digitais seja enfrentado com a excelência desejada.

Alessandro Dall Orto é CEO da Dupay.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Bayard Do Coutto Boiteux
professorbayardturismo@gmail.com

Nossa homenagem

Nos deixou a Rainha Elizabeth II. Seu substituto, o filho, será Charles III. Foi um exemplo de solidariedade, na Segunda Guerra Mundial. O mundo vai sentir um vazio muito grande no respeito a pluralidade.

Inacreditável – I

As estações próximas ao BRT, perto do Parque Olímpico, estão fechadas durante o Rock in Rio. Inacreditável. E os moradores e prestadores de serviço de todos os condomínios na Abelardo Bueno, incluindo os maiores, Rio 2 e Villas da Barra?

Inacreditável – II

Já não é suficiente o desgaste internacional do Brasil, no que tange nossas relações bilaterais. Agora um grupo de juristas evangélicos pleiteia espaço na ONU. Ainda bem que alguns países cientes estão tentando barrar tal aberração...

Inacreditável – III

Os bolinhos de bacalhau, com preço exorbitante, do restaurante Quinta da Boa Vista estão com excesso de batata e o bacalhau sumiu. Fica o registro.

Parabéns – I

Falando em Quinta da Boa Vista, está de parabéns a Prefeitura do Rio pela recuperação do local. Tudo está tinindo, limpo e com segurança. Fora a possibilidade de ver o Museu Histórico se reerguendo.

Parabéns – II

Uma ótima pedida é o rodízio de pizzas por menos de R$ 40 no Condomínio Vision, na Barra Olímpica, com segundo drink gratuito às terças e quintas. A forneria original traz prestação de serviço e pizzas deliciosas, inclusive doces.

Etiqueta

Enviar convites na véspera de eventos mostra total despreparo organizacional. Como, também, não respeitar o dress code dos locais demonstra falta de educação.

Funk na Bauernfest

Pegou muito mal apresentações de funk durante a Bauernfest, em Petrópolis, com a presença de autoridades municipais... Querem ou não um resgate cultural?

Pensamento da semana

Dia da Independência. Dia a ser comemorado pelos que respeitam a Democracia e a Constituição. Eu acredito num Brasil plural, com urnas eletrônicas, sem fake news e com a vontade de lutar pelos mais desfavorecidos e grupos minoritários. Respeito a Imprensa e os que defendem nossa História Verdadeira e não renegam a Ditadura Militar. Viva o dia 7 de setembro!

BCE aposta no combate à inflação com aumento de 75 pontos base

O Banco Central Europeu (BCE) elevou na quinta-feira as principais taxas de juros em um recorde de 75 pontos-base, bem acima de zero no maior movimento desde a criação, em uma tentativa de conter a inflação na Zona do Euro. A medida é um sinal de que o BCE está cumprindo sua promessa de lutar contra a inflação em espiral, segundo analistas.

Após o aumento da taxa, a taxa de juro das operações principais de refinanciamento e as taxas de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez e da facilidade permanente de depósito serão aumentadas para 1,25%, 1,5% e 0,75%, respetivamente, a partir de 14 de setembro de 2022, leia-se a declaração emitida pelo BCE após a reunião de fixação de taxa de quinta-feira. Após o ajuste, a taxa de juros dos depósitos foi trazida para território positivo pela primeira vez em uma década. O aumento de 75 pb é também o maior aumento feito pelo BCE na história.

Segundo a agência Xinhua, o banco central também disse que o aumento da taxa de hoje será seguido por novos aumentos nos próximos meses para conter a inflação em espiral, que está se tornando ampla e enraizada.

O BCE justificou o aumento da taxa com o nível de inflação, que "continua muito alto e provavelmente ficará acima da meta por um período prolongado".

A inflação nos 19 membros da área do euro tem oscilado em níveis alarmantemente altos por um longo período, chegando, anualmente, a a 9,1% em agosto, segundo o escritório de estatísticas da União Européia (UE).

A presidente do BCE, Christine Lagarde, disse em comunicado que os preços muito altos da energia estão reduzindo o poder de compra da renda das pessoas e restringindo a atividade econômica. Ao aumentar as taxas de juros, o BCE pretende "amortecer a demanda e se proteger contra o risco de uma persistente mudança para cima nas expectativas de inflação".

Adotando um tom otimista, o banco central acreditava que a inflação cairia assim que os fatores determinantes desaparecessem e suas políticas começassem a funcionar. No entanto, os dados sugerem que a situação pode piorar antes de melhorar. O BCE disse que espera que a inflação seja de 8,1% em 2022, 5,5% em 2023 e 2,3% em 2024 na Zona do Euro.

O aumento da taxa de 75 pb e o compromisso do banco central com novos aumentos foram uma surpresa para alguns observadores do mercado que temem que os aumentos das taxas dificilmente possam evitar prejudicar a economia. O BCE espera que a economia da área do euro cresça 3,1% em 2022, 0,9% em 2023 e 1,9% em 2024.

No entanto, Lagarde alertou que a economia provavelmente desacelerará substancialmente no restante deste ano, pois a incerteza permanece alta e a confiança está caindo acentuadamente. Enquanto isso, o mercado de trabalho tem sido robusto na área do euro, com a taxa de desemprego atingindo um mínimo histórico de 6,6% em julho.

Carsten Brzeski, chefe global de macro do ING Think, um braço de pesquisa econômica do banco ING, observou que o aumento da taxa do BCE na quinta-feira é uma indicação de que ele se tornou agressivo na normalização das políticas monetárias. Ele questionou se o BCE manteria sua política agressiva de aumento de juros se a recessão se tornar uma realidade. Também duvidou dos efeitos dos aumentos das taxas sobre a inflação na área do euro. "Ainda não podemos ver como a política monetária pode reduzir a inflação que é principalmente impulsionada por fatores (externos) do lado da oferta", disse.

Desaceleração nos preços dos alimentos puxa alta do consumo nos lares

O consumo nos lares brasileiros, medido pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), encerrou julho com alta de 7,75% em relação a junho. No ano, o consumo nos lares acumula alta de 2,57%.

Na comparação com julho de 2021, o indicador apresentou alta de 8,02%. O resultado contempla os formatos de loja: atacarejo, supermercado convencional, loja de vizinhança, hipermercado, minimercado e e-commerce. Todos os indicadores são deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo a Abras, em julho, além da desaceleração nos preços dos alimentos, o mês teve cinco fins de semana, o que contribuiu para maior número de idas ao ponto de venda. "Monitoramos desde julho os primeiros sinais de retração nos preços de alguns itens que tiveram altas expressivas decorrentes de fatores climáticos, sazonais e das commodities, que vêm pressionando a cesta de alimentos desde o início do ano. Se mantida essa menor pressão inflacionária, o consumo tende a ser crescente neste segundo semestre diante do crescimento do emprego e dos recursos injetados na economia", afirmou o vice-presidente da Abras, Marcio Milan.

De acordo com os dados da Abras, o valor da cesta de 35 produtos de largo consumo (alimentos, bebidas, carnes, produtos de limpeza, itens de higiene e beleza) atingiu o menor patamar do ano, com alta de 0,63%. Houve queda de preços em produtos básicos como óleo de soja, feijão, arroz, açúcar e nos itens da cesta de hortifrutigranjeiros, entre eles batata, tomate, cebola. Em julho, a cesta nacional composta por 35 produtos de largo consumo como alimentos, bebidas, carnes, produtos de limpeza, itens de higiene e beleza passou de R$ 773,44 para R$ 778,32. No ano, a alta é de 11,10%.

O óleo de soja apresentou retração pelo segundo mês seguido, caindo 2,41% na comparação com junho. O preço do feijão ficou 1,69% mais baixo pela primeira vez, após seis meses de alta. O indicador mostrou ainda a terceira queda no preço do açúcar, que em julho retraiu 0,60%. O arroz teve menor variação nos preços, de 0,11%, e acumula queda de 5,77% em 12 meses.

As maiores quedas nos preços vieram dos hortifrutigranjeiros que causaram impacto na cesta desde o início do ano por problemas climáticos, menor oferta nas regiões produtoras e altos custos dos fretes. Entre esses produtos estão o tomate (menos 23,68%), a batata (menos 16,62%) e a cebola (menos 5,55%).

IBGE projeta safra de 261,7 milhões de toneladas para 2022

Em agosto, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas estimada para 2022 deve totalizar 261,7 milhões de toneladas, 3,3% maior que a obtida em 2021 e 0,7% abaixo da informação de julho. A área a ser colhida é de 73 milhões de hectares, 6,5% maior que em 2021 e 0,1% maior que o previsto em julho. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

O arroz, o milho e a soja, os três principais produtos deste grupo, somados, representam 91,5% da estimativa da produção e respondem por 87,1% da área a ser colhida. Frente a 2021, houve acréscimos de 9,8% na área do milho (aumento de 7,7% no milho 1ª safra e de 10,5% no milho 2ª safra).

A produção nacional de milho, em 2022, deve alcançar novo recorde. Também houve aumento de 17,7% na do algodão herbáceo (em caroço), de 4,7% na da soja e de 9% na do trigo. Entretanto, houve queda de 2,6% na área do arroz.

Águas de Araçoiaba S/A
CNPJ nº 11.347.020/0001-50 - NIRE 35.3.0037410-0
Edital de Convocação
Convocamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 21 de setembro de 2022, às 12 horas na sede da sociedade na Rua Professor Toledo nº 960, Centro, Araçoiaba da Serra/SP, a fim de deliberarem sobre aumento de capital da Companhia. Araçoiaba da Serra, 06 de setembro de 2022.
Ivan Mininel da Silva - Diretor

SAFETY WALL DEFESA E SEGURANÇA LTDA.
CNPJ 10.194.062/0001-35 - NIRE 3522605054-7
REUNIÃO DE SÓCIOS - ANÚNCIO DE CONVOCAÇÃO
Ficam convidados os Sócios da Safety Wall Defesa e Segurança LTDA. ("Safety Wall") a se reunirem na Reunião de Sócios ("Reunião"), a se realizar no dia 14 de setembro de 2022, às 11h, de modo exclusivamente digital via plataforma Teams, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: alteração do endereço da sede e reforma do estatuto social. A participação do sócio pode ser pessoal ou por meio de procurador devidamente constituído, observados os termos do §1º do Art. 126 da Lei nº 6.404/1976. O credenciamento deve ser requerido, com até trinta minutos de antecedência da abertura da Reunião, pelo e-mail <rmartins@faoro.adv.br>, com o envio da seguinte documentação: (i) quando Pessoa Jurídica: cópia dos atos constitutivos que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia; e (ii) quando Pessoa Física: cópias do documento de identidade e CPF do sócio. Quando o sócio for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais, bem como documento de identidade e CPF do procurador presente. A participação via sistema Zoom estará restrita aos sócios, seus representantes ou procuradores, conforme o caso, que se credenciarem, na forma desse anúncio, e que ingressarem no sistema até o momento da abertura dos trabalhos da Reunião. São Paulo, 5 de setembro de 2022. Conselho de Administração.

DECISÕES ECONÔMICAS

Sidnei Domingues Sérgio Braga

sergiocpb@gmail.com

Enel faz contratações no Noroeste após cobrança da Alerj

Após uma série de reuniões coordenadas pelo presidente da Alerj, deputado André Ceciliano (PT), em que foram cobradas melhorias no sistema de fornecimento de energia elétrica para o Noroeste Fluminense, a Enel Distribuição Rio abriu 156 novas vagas de empregos diretos para atuar na região. Ceciliano disse que a Alerj recebeu reclamações de cortes irregulares de energia, oscilações no fornecimento e até mesmo a falta de poda de árvores e a concessionária foi convocada a promover melhorias.

Militância comemora subida

Militantes e apoiadores do candidato ao Senado André Ceciliano (PT) comemoram essa semana o resultado das últimas pesquisas eleitorais, onde o deputado obteve bons resultados encostando e até ultrapassando seu adversário direto.

Coronel Jairo

UPA Veterinária em Volta Redonda

O deputado Coronel Jairo (SDD) quer levar a todas as regiões do estado Unidades de Pronto Atendimento Veterinário, que ele chama de UPA-VET, para socorrer animais domésticos. Essa semana ele apresentou projeto na Alerj para que uma das unidades seja instalada em Volta Redonda.

Homenagem a salvadores de animais

Seguindo na linha salve os animais, que pode se traduzir em votos, o deputado Marcus Vinícius (PTB) quer dar a Medalha Tiradentes, maior honraria da Alerj, aos voluntários que salvaram animais na tragédia das chuvas em Petrópolis.

Sem banheiro unissex

A deputada Alana Passos (PTB) quer proibir, através de projeto de lei, a instalação de banheiros unissex, para o uso comum por pessoas de sexos diferentes, em agências bancárias, concessionárias de serviços públicos, templos de qualquer culto e em escolas particulares. A proposta, que tramita na Alerj, não traz uma justificativa.

Desaceleração nos preços dos alimentos puxa alta do consumo nos lares

O consumo nos lares brasileiros, medido pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), encerrou julho com alta de 7,75% em relação a junho. No ano, o consumo nos lares acumula alta de 2,57%.

Na comparação com julho de 2021, o indicador apresentou alta de 8,02%. O resultado contempla os formatos de loja: atacarejo, supermercado convencional, loja de vizinhança, hipermercado, minimercado e e-commerce. Todos os indicadores são deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo a Abras, em julho, além da desaceleração nos preços dos alimentos, o mês teve cinco fins de semana, o que contribuiu para maior número de idas ao ponto de venda. “Monitoramos desde julho os primeiros sinais de retração nos preços de alguns itens que tiveram altas expressivas decorrentes de fatores climáticos, sazonais e das commodities, que vêm pressionando a cesta de alimentos desde o início do ano. Se mantida essa menor pressão inflacionária, o consumo tende a ser crescente neste segundo semestre diante do crescimento do emprego e dos recursos injetados na economia”, afirmou o vice-presidente da Abras, Marcio Milan.

De acordo com os dados da Abras, o valor da cesta de 35 produtos de largo consumo (alimentos, bebidas, carnes, produtos de limpeza, itens de higiene e beleza) atingiu o menor patamar do ano, com alta de 0,63%. Houve queda de preços em produtos básicos como óleo de soja, feijão, arroz, açúcar e nos itens da cesta de hortifrutigranjeiros, entre eles batata, tomate, cebola. Em julho, a cesta nacional composta por 35 produtos de largo consumo como alimentos, bebidas, carnes, produtos de limpeza, itens de higiene e beleza passou de R$ 773,44 para R$ 778,32. No ano, a alta é de 11,10%.

O óleo de soja apresentou retração pelo segundo mês seguido, caindo 2,41% na comparação com junho. O preço do feijão ficou 1,69% mais baixo pela primeira vez, após seis meses de alta. O indicador mostrou ainda a terceira queda no preço do açúcar, que em julho retraiu 0,60%. O arroz teve menor variação nos preços, de 0,11%, e acumula queda de 5,77% em 12 meses.

As maiores quedas nos preços vieram dos hortifrutigranjeiros que causaram impacto na cesta desde o início do ano por problemas climáticos, menor oferta nas regiões produtoras e altos custos dos fretes. Entre esses produtos estão o tomate (menos 23,68%), a batata (menos 16,62%) e a cebola (menos 5,55%).

Alta no comércio impulsiona confiança das MPEs. Indústria teve queda

O Índice de Confiança das Micro e Pequenas Empresas teve, em agosto, alta de 2,7 pontos. Assim, o indicador – elaborado numa parceria entre a Fundação Getulio Vargas (FGV) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) – atingiu 100,6 pontos, melhor marca desde novembro de 2013.

A melhora na confiança dos empresários em agosto foi puxada pela alta no comércio: 5,4 pontos. O setor de serviços teve elevação de 0,5 ponto no mês e a indústria da transformação registrou a segunda queda consecutiva: 1,4 ponto.

A alta do comércio das micro e pequenas empresas foi maior que a do comércio em geral, que teve elevação de 4,3 pontos em agosto. O índice de confiança das empresas em geral cresceu 2,2 pontos no mês, ficando em 100,8 pontos.

Segundo o presidente do Sebrae, Carlos Melles, “a confiança das micro e pequenas empresas retornou para a trajetória de recuperação iniciada em fevereiro”. Na avaliação dele, o índice, ao superar a marca de 100 pontos, que indica a neutralidade, mostra uma perspectiva dos empresários de melhoria do cenário econômico.

“Ajudaram nesse resultado recursos disponibilizados pelo governo, a melhoria do mercado de trabalho e a desaceleração dos preços”, finalizou.

Porto Frescatto: desconto para a Semana do Pescado

O consumo de peixe no Brasil é baixo, quando comparado com outros países. A média mundial chega aos 20 quilos por ano, enquanto aqui são consumidos em média apenas 10,2 quilos por ano, abaixo da média recomendada que é 12 quilos. Mudar essa realidade, destacando as qualidades nutricionais e incentivando a comercialização de pescados, além de aumentar o conhecimento da população sobre os seus benefícios, é o objetivo da 19ª Semana do Pescado, entre os dias 1º e 15 de setembro. A iniciativa é uma parceria entre as indústrias de pescados, redes de supermercados, restaurantes e associações para incentivar o consumo dessa proteína nutritiva e saudável no Brasil.

Com quase 80 anos de experiência no setor e atuando em âmbito nacional e internacional, a Frescatto Company possui produtos presentes em mais de 12 mil pontos de venda em todo o país, incluindo seu canal de vendas direto ao consumidor, a Porto Frescatto. São de mais de 40 espécies e mais de 300 itens que combinam cortes e embalagens para surpreender e atender aos clientes e opções de pescados e frutos do mar para todos os gostos, bolsos e mesas.

Para a Semana do Pescado, a Porto Frescatto negocia condições especiais em redes de supermercados e restaurantes com o objetivo de incentivar o consumo: na compra de 6 itens da peixaria, o 6º (de menor valor) sai de graça. A promoção é válida somente para pescados individuais, não inclui kits.

Esse ano, a Frescatto Company convidou dois nomes de peso para serem os influenciadores da campanha: o chef de cozinha Thiago Sodré e a chef Juliana Gueiros. Durante o período, eles vão interagir com o público por meio das redes sociais da empresa, ensinando receitas e produzindo conteúdo exclusivo. Os dois vão usar o conceito de como “dar um Frescatto” em uma receita comum e ensinar substituir uma outra proteína por peixe em uma receita famosa no Brasil, como o próprio churrasco de pescados.

Atualmente, a empresa está em mais de 10 mil restaurantes em todo o país e em grandes redes de supermercados. De acordo com Thiago De Luca, CEO da Frescatto Company, a Semana do Pescado representa uma grande união de esforços para levar mais pescados à mesa dos brasileiros. “Somos patrocinadores da semana do pescado desde a primeira edição. A campanha tem o objetivo de incentivar o consumo de pescados, mostrando que o peixe como alimento saudável pode estar no dia a dia do brasileiro”, disse Thiago De Luca, CEO da Frescatto Company.

ATIVA Investimentos

Ativa Investimentos S.A. Corretora de Títulos, Câmbio e Valores

CNPJ/MF nº 33.775.974/0001-04

Balanços Patrimoniais em 30/06/22 e 31/12/21 (Em MR$)

	2022	2021
Ativo	343.288	523.441
Circulante	293.898	457.765
Disponibilidades (Nota 4)	2.734	7.499
Aplicações interfinanceira de liquidez (Nota 5)	99.997	136.000
Instrumentos financeiros	82.544	56.141
TVMs (Nota 6)	82.355	55.929
Operações de crédito	189	212
Outros créditos	104.747	255.227
Rendas a receber	4.962	4.279
Negociação e intermediação de valores (Nota 8)	78.687	226.206
Diversos (Nota 7)	21.098	24.742
Outros valores e bens	3.876	2.898
Despesas antecipadas	3.876	2.898
Não circulante	49.390	65.676
Instrumentos financeiros	-	21.379
TVMs (Nota 6)	-	21.379
Outros créditos	35.986	30.323
Créditos tributários (Nota 13)	9.667	9.411
Diversos (Nota 7)	26.319	20.912
Imobilizado de uso (Nota 9)	7.174	13.276
Intangível (Nota 10)	6.230	698
Passivo	343.288	523.441
Circulante	267.730	449.440
Depósitos	145.717	162.600
Outros depósitos (Nota 11)	145.717	162.600
Outras obrigações	122.013	286.840
Sociais e estatutárias	33.054	41.553
Fiscais e previdenciárias (Nota 12.a)	7.585	2.831
Negociação e intermediação de valores (Nota 8)	76.068	234.068
Diversas (Nota 12.b)	5.306	8.388
Não circulante	14.907	14.306
Outras obrigações	14.907	14.306
Diversas (Nota 12.b)	14.907	14.306
Patrimônio líquido (Nota 15)	60.651	59.695
Capital social	43.187	39.578
Reserva de lucros	17.464	20.117

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Semestres em 30/06 (Em MR$)

	Capital Social Integralizado	Capital Social A integralizar	Reserva de lucro Reserva Legal	Reserva de lucro Reserva Especial	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º/01/2021	24.578	-	2.791	34.087	(5)	-	61.451
Reserva de lucros	-	-	15	297	-	(312)	-
Aumento de capital	-	15.000	-	(15.000)	-	-	-
Atualização do investimento	-	-	-	-	7	-	7
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	312	312
Saldos em 30/06/2021	24.578	15.000	2.806	19.384	2	-	61.770
	Capital Social Integralizado	**Capital Social A integralizar**	**Reserva de lucro Reserva Legal**	**Reserva de lucro Reserva Especial**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 1º/01/2022	39.578	-	2.813	17.304	-	-	59.695
Reserva de lucros (Nota 15.c)	-	-	190	-	-	(190)	
Aumento de capital (Nota 15.a)	-	3.609	-	-	-	-	3.609
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	3.792	3.792
Dividendos pagos (Nota15.b)	-	-	-	(2.843)	-	(3.602)	(6.445)
Saldos em 30/06/2022	39.578	3.609	3.003	14.461	-	-	60.651

Demonstração do resultado Semestres em 30/06 (Em MR$)

	2022	2021
Receitas da intermediação financeira	38.556	41.224
Resultado de operações de crédito	92	371
Resultado de operações com TVMs	38.343	41.349
Resultado com instrumentos financeiros e derivativos	121	(496)
Resultado bruto da intermediação financeira	38.556	41.224
Outras receitas (despesas) operacionais	(4.031)	(38.848)
Receitas de prestações de serviços (Nota 17)	48.008	37.255
Despesas de pessoal	(22.434)	(56.469)
Outras despesas administrativas (Nota 16)	(27.705)	(26.279)
Despesas tributárias	(5.633)	(5.565)
Outras receitas operacionais	4.194	13.214
Outras despesas operacionais	(461)	(1.004)
Resultado operacional	34.525	2.376
Resultado não operacional	514	(50)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e das participações sobre o lucro	35.039	2.326
IR e contribuição social (Nota 13)	(3.965)	(2.014)
Provisão para IR	(1.529)	(1.653)
Provisão para contribuição social	(904)	(361)
Ativo fiscal diferido	(1.532)	
Participações nos lucros	(27.282)	-
Lucro líquido do semestre	3.792	312
Lucro por ação - R$	21,12	1,90

Demonstração do resultado abrangente Semestres em 30/06 (Em MR$)

	2022	2021
Lucro líquido do semestre	3.792	312
Marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para venda	-	7
Resultado abrangente	3.792	319

Demonstração do fluxo de caixa Semestres em 30/06 (Em MR$)

	2022	2021
Atividades operacionais Lucro do semestre	**3.792**	**312**
Ajustes ao lucro:		
Depreciação e amortização (Nota 16)	1.650	911
Ajuste a valor de mercado (MTM)	(2)	-
Provisão para contingências (Nota 14)	602	225
Provisão para tributos correntes e diferidos	3.965	-
Resultado de participações em coligadas e controladas	-	7
Lucro ajustado do semestre	**10.007**	**1.455**
Aumento/redução de atividades operacionais		
TVMs	(5.045)	1.020
Operações de crédito	23	703
Outros créditos	144.817	(96.497)
Outros valores e bens	(978)	(1.745)
Depósitos	(16.883)	61.698
Outras obrigações	(168.793)	2.278
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais	**(36.852)**	**(31.088)**
Atividades investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.080)	(4.130)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(1.080)**	**(4.130)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	3.609	
Dividendos pagos	(6.445)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(2.836)**	**-**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(40.768)	(35.218)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	143.499	215.243
No fim do semestre (Nota 3a)	102.731	180.025
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(40.768)	(35.218)

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 30/06/22 (Em MR$ exceto quando indicado)

1. Contexto operacional. A Ativa Investimentos S.A. Corretora de Títulos, Câmbio e Valores ("Corretora" ou "Ativa Investimentos"),com sede na Avenida das Américas, número 3.500, salas 311 a 318, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, CEP 22.640-102, tem como objeto a realização de operações de compra e venda de TVMs junto às bolsas de valores, por conta própria e de clientes, além de prestar serviços de administração de clubes e fundos de investimento, tendo como sua controladora a Avita Participações Ltda. **2. Apresentação das demonstrações contábeis.** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), associadas às normas e instruções do Conselho Monetários Nacional ("CMN"), do BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, a valores de mercado dos TVMs, provisão para tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, à provisão para passivos contingentes e às provisões para perdas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua dete rminação. A Corretora revisa as estimativas e premissas periodicamente. A Resolução BCB nº 2 de 2/08/2020, estabeleceu critérios gerais e procedimentos para divulgação das demonstrações contábeis, com vigência a partir de janeiro/2021, incluindo: a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente e do Lucro por Ação, bem como as alterações efetuadas na apresentação do balanço patrimonial. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 15/08/2022, e contemplam uma visão verdadeira e apropriada da evolução e resultados da Corretora. A Diretoria avaliou a habilidade da Corretora continuar operando normalmente e está convencida de que a Corretora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio. **3. Principais políticas contábeis.** As políticas contábeis mais relevantes adotadas pela Corretora são as seguintes: **a) Caixa e equivalente de caixa.** Para fins da demonstração do fluxo de caixa, inclui, conforme Resolução CMN nº 4.818/20, dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias. **b) Aplicação interfinanceira de liquidez.** As aplicações interfinanceiras de liquidez estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro-rata dia" com base na taxa efetiva das operações. **c) TVMs e instrumentos financeiros derivativos.** Os TVMs estão classificados nos termos da Circular BACEN n°3.068/01, nas seguintes categorias: (I) Títulos para negociação. (II) Títulos disponíveis para venda. (III) Títulos mantidos até o vencimento. Os TVMs classificados na categoria I são ajustados pelo valor de mercado, sendo estes ajustes com contrapartida em conta de resultado; os títulos classificados na categoria II são registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida do resultado e avaliados ao valor de mercado em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Os TVMs classificados na categoria III são avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos auferidos, reconhecidos em conta de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos, de acordo com a Circular BACEN nº 3.082 de 30/01/2020, são ajustados ao valor de mercado. **d) Imobilizado de uso e intangível.** Registrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens. **e) Intangível.** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objetivo bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN n° 3.642, de 26/11/2008. A amortização é calculada pelo método linear com base no período em que os direitos geram benefícios. **f) IR e contribuição social.** As provisões para IR e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O IR e a contribuição social diferidas são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o IR à alíquota base utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10%, quando devido, sobre bases tributáveis, e de 20% para a contribuição social. A administração da Corretora, conforme disposto na Resolução CMN n° 4.842 de 30/07/2020, constituiu créditos tributários no exercício de 2021 sobre adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido. (Nota 13). **g) Demais ativos e passivos.** São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço. **h) Lucro por ação.** É calculado com base na média ponderada de ações durante os períodos. **i) Reconhecimento de receita/despesa.** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. **4. Disponibilidades.** O saldo desta rubrica refere-se basicamente a depósitos em bancos de primeira linha. **5. Aplicação interfinanceira de liquidez .** Em 30/06/2022 e 31/12/2021, os saldos da rubrica referem-se à posição bancada de operações compromissadas lastreadas em Letra do Tesouro Nacional e Nota do Tesouro Nacional, que caracterizam ativos de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com vencimentos em até 90 dias. **6. TVMs e instrumentos financeiros derivativos.** Em 30/06/2022 todos os TVMs estão classificados para negociação (31/12/2021 - Disponíveis para a venda).

Título	30/06/2022 Valor de custo	30/06/2022 Valor de mercado/ contábil	30/06/2022 Até 365 dias	30/06/2022 De 1 a 3 anos	30/06/2022 Acima de 3 anos	31/12/2021 Valor de mercado/ contábil
Livre Negociação - Carteira Própria						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.974	7.975	343	5.890	1.742	539
Debêntures	1	1	-	-	1	10
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	440	440	440	-	-	417
Cotas de Fundos de Investimento	15.893	15.893	15.893	-	-	102
Total	24.308	24.309	16.676	5.890	1.743	1.068
Vinculados à prestação de garantias						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	33.643	33.644	27.867	3.595	2.182	49.309
Fundo de Investimento liquidez - FILCB	24.402	24.402	24.402	-		26.916
Outros	-	-	-	-		15
Total	58.045	58.046	52.269	3.595	2.182	76.240
Total	**82.353**	**82.355**	**68.945**	**9.485**	**3.925**	**77.308**

7. Outros créditos. a. Diversos	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais	26.319	20.912
Impostos a compensar (a)	20.116	24.247
Adiantamentos salariais	744	97
Adiantamentos a fornecedores	238	336
Outros	-	62
	47.417	45.655
Circulante	21.098	24.742
Não circulante	26.319	20.912

(a) Saldo composto, principalmente, por montantes de IRPJ e CSLL pagos a maior entre 2012 e 2021.

8. Negociação e intermediação de valores	30/06/2022	31/12/2021
Ativo		
Caixa de registro e liquidação	66.327	216.802
Devedores - conta liquidação pendentes	10.341	8.794
Operações sobre ativos financeiros e mercados a liquidar	1.974	571
Operações de *swap* - intermediação	45	39
	78.687	226.206
Passivo		
Caixa de registro e liquidação	57.478	209.945
Devedores - conta liquidação pendentes	14.844	16.848
Operações sobre ativos financeiros e mercados a liquidar	1.769	5.717
Outras obrigações por negociação e intermediação de valores	1.977	1.558
	76.068	234.068

As rubricas "Caixa de registro e liquidação" registram os valores a crédito e débito referentes a operações realizadas na B3 S.A., por conta própria e de clientes, bem como as correspondentes liquidações. As rubricas " Devedores - conta liquidação pendentes" e "Credores - conta liquidação pendentes" representam, basicamente, valores pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares, relativos a operações de compra e venda de títulos e contratos de ativos financeiros realizadas na B3 S.A. **9. Imobilizado**

30/06/2022

Descrição	Taxa	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas (a)	Depreciação	Saldo Final
Imobilizações em curso		6.360	823	(6.304)		879
Instalações	10%	28	-	-	(3)	25
Móveis e utensílios	10%	739	111	-	(53)	797
Equipamentos de informática	20%	3.796	181	-	(530)	3.447
Equipamentos de comunicação	10%	477	7	-	(44)	441
Benfeitorias imóveis de terceiros	20%	1.876	-	-	(291)	1.585
Total		13.276	1.122	(6.304)	(921)	7.174

31/12/2021

Descrição	Taxa	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação/ Amortização	Saldo Final
Imobilizações em curso		2.090	4.270			6.360
Instalações	10%	36	-	-	(8)	28
Móveis e utensílios	10%	589	284	-	(134)	739
Equipamentos de informática	20%	1.787	2.781	-	(772)	3.796
Equipamentos de comunicação	10%	569	37	-	(129)	477
Benfeitorias imóveis de terceiros	20%	1.956	596	-	(676)	1.876
Total		7.027	7.968	-	(1.719)	13.276

(a) O montante de R$6.261 estava registrado na rubrica de imobilizado em curso e após a sua conclusão foi transferido para a rubrica de intangível em janeiro de 2022. Esta transferência não teve impacto no resultado e no patrimônio líquido da Ativa.

10. Intangível

30/06/2022

Descrição	Taxa	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo Final
Software	20%	698	6.261	-	(729)	6.230
Total		698	6.261	-	(729)	**6.230**

31/12/2021

Descrição	Taxa	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo Final
Software	20%	838	82	-	(222)	698
Total		838	82	-	(222)	**698**

11. Depósitos. Conforme Instrução Normativa nº 66 do BACEN/12/2020, os depósitos referem-se a recursos de clientes disponíveis para negociação futura. Em 30/06/2022 o saldo é de R$145.717 (31/12/2021 - R$162.600). **12. Outras obrigações.**

a) Fiscais e previdenciárias	30/06/2022	31/12/2021
Provisão para impostos diferidos	1.788	-
Impostos e contribuições a recolher	5.797	2.831
	7.585	2.831

b) Diversas	30/06/2022	31/12/2021
Provisões trabalhistas (Nota 14.c)	3.254	2.955
Contingências fiscais (i) (ii) (Nota 14.c)	11.653	11.351
Fornecedores	5.094	7.666
Outras obrigações	212	722
	20.213	22.694
Circulante	5.306	8.388
Não circulante	14.907	14.306

(i) A Corretora questiona judicialmente, ação de cobrança de IRPJ e CSLL decorrentes de divergência de critério de atualização monetária das demonstrações contábeis adotado em janeiro de 1989. A administração registrou provisão referente ao montante depositado judicialmente no exercício de 2010. O montante vem sendo atualizado à taxa SELIC. (ii) Em janeiro de 2008, a Corretora impetrou questionamento judicial requerendo suspensão da exigibilidade do PIS e da COFINS sobre as receitas de intermediação financeira a partir/02/2008. Em fevereiro de 2008, foi emitido Mandato de Segurança dando à Corretora o direito de depositar judicialmente os valores que seriam devidos. Dessa forma, a Corretora depositou judicialmente os valores de PIS e COFINS sobre receitas contábeis com competência/02/2008 a dezembro de 2013, constituindo provisão em igual valor. O saldo da posição é atualizado, mensalmente, pela taxa Selic. **13. IR e contribuição social.** Demonstração da conciliação entre o IR e a contribuição social à taxa efetiva e nominal

	30/06/2022 IR	30/06/2022 CS	30/06/2021 IR	30/06/2021 CS
Resultado antes do IR e da contribuição social	7.758	7.758	2.326	2.326
Alíquota média do exercício - alíquota vigente %	25%	15%	25%	20%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota média do semestre	582	465	582	465
Adições	1.568	1.159	7.459	325
Exclusões	(303)	(303)	(75)	(75)
Base de cálculo de IRPJ e CSLL antes da compensação	9.023	8.613	9.710	2.576
(-) Compensação prejuízos anteriores	(2.707)	(2.584)	(2.913)	(773)
Base de IRPJ e CSLL após compensação	6.316	6.030	6.797	1.803
IRPJ no resultado	(1.566)	-	(1.687)	-
CSLL no resultado	-	(904)	-	(361)
(-) PAT	37	-	34	-
Total IRPJ e CSLL efeito no resultado	(1.529)	(904)	(1.653)	(361)
IRPJ diferido no resultado	(970)	-	-	-
CSLL diferido no resultado	-	(562)	-	-
Total IRPJ e CSLL efeito diferido	(970)	(562)	-	-
Total IRPJ e CSLL efeito no resultado	(2.499)	(1.466)	(1.653)	(361)

Créditos tributários. A Corretora possui prejuízos fiscais e base negativa de IR e contribuição social não registrados, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente. A Corretora também possui adições/exclusões temporárias na base do IR e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Em 30/06/2022 e 31/12/2021 as bases de créditos tributários eram as seguintes:

Movimentação das bases de créditos tributários

Discriminação	Prejuízo Fiscal	Base Negativa da CSLL	Base Despesas	Provisão para Contingências	Depósitos judiciais	Totais
Saldo em 31/12/2021	4.426	16.046	438	14.306	-	35.216
Prejuízo Fiscal/Base Negativo no exercício	-	-	-	-	-	-
Realização/Reversão	(2.707)	(2.584)	2.699	602	4.470	2.480
Saldo em 30/06/2022	**1.719**	**13.462**	**3.137**	**14.908**	**4.470**	**37.696**

Com base na Resolução CMN n. 4.842 de 30/07/2020 e Resolução BCB no. 15 de 17/09/2020, em 31 dezembro de 2020 a Corretora constituiu crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e diferenças temporárias. Em 30/06/2022 o crédito tributário apresentou a seguinte movimentação:

Movimentação dos créditos tributários

Discriminação	Prejuízo Fiscal	Base Negativa da CSLL	Base Outras Despesas	Provisão para Contingências	CM depósitos Judiciais	Total
Saldo em 31/12/2021	1.106	2.407	175	5.722	-	9.410
Constituição	-	-	1.080	241	(1.788)	(467)
Realização/ Reversão	(676)	(389)	-	-	-	(1.065)
Saldo em 30/06/2022	**430**	**2.018**	**1.255**	**5.963**	**(1.788)**	**7.878**

Com base nas projeções de resultados, a Administração considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. As estratégias de planejamento tributário adotadas para a determinação do valor de realização dos impostos diferidos são prudentes e realistas e a Administração entende que os créditos serão realizados dentro do prazo estipulado na legislação vigente. Perante a um cenário conservador, a Administração projeta a realização da seguinte forma:

	Prejuízo fiscal	Base negativa da CSLL	Outras despesas	Contingências	Depósitos judiciais	Total	Valor presente
2022	413	248	-	-	-	661	581
2023	-	-	-	-	-	-	-
2024	17	42	-	-	-	59	47
2025	-	259	-	-	-	259	192
2026	-	557	-	-	-	557	387
Acima de 5 anos	-	913	1.255	5.963	(1.788)	6.343	3.636
Total	430	2.019	1.255	5.963	(1.788)	7.879	4.843

O valor presente do crédito tributário é estimado em R$4.843 utilizada a taxa Selic estipulada para os respectivos períodos (taxas Selic extraídas do boletim Focus do Bacen datado de 30.06.2022). **14. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.** a) Ativos contingentes. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em 30/06/2022, a Corretora não tem contabilizados ativos contingentes. b) Passivos contingentes e obrigações legais. *Provisões trabalhistas.* São compostas por demandas movidas por ex-colaboradores principalmente com pedidos de horas extras, equiparação salarial e vínculo empregatício. Os valores das contingências são provisionados de acordo com análise do valor potencial de perda, considerando o estágio atual do processo e o parecer de consultores jurídicos externos e internos. *Provisões cíveis.* Nas ações cíveis com potencial de perda (danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios) os valores das contingências são provisionados com base no parecer de consultores jurídicos externos e internos. *Provisões fiscais e previdenciárias.* As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais, municipais e estaduais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes. Sua constituição é baseada na opinião de consultores jurídicos externos e internos e na instância em que se encontra cada um dos processos. c) Composição e movimentação das provisões no exercício. A administração da Corretora está questionando a constitucionalidade de alguns procedimentos fiscais relacionados aos tributos federais, bem como participa em outros processos judiciais, fiscais e cíveis. A administração da Corretora, com base na opinião dos consultores jurídicos, considera, para os processos judiciais em andamento, que as provisões para esses riscos em 30/06/2022 são adequadas para cobrir eventuais perdas decorrentes desses processos. As provisões constituídas e as respectivas movimentações podem ser assim demonstradas nos semestres findos em junho:

	30/06/2022 Fiscais	30/06/2022 Trabalhistas	31/12/2021 Fiscais	31/12/2021 Trabalhistas
Saldo no início do exercício	11.350	2.955	11.102	8.798
(+) Constituições	-	374	-	126
(-) Baixas e reversões	-	(75)	(14)	(5.973)
(+) Atualização monetária	303	-	266	-
Saldo no final do semestre/exercício	11.653	3.254	11.354	2.951

d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis. Em 30/06/2022 a Corretora figurava como parte em processos judiciais e administrativos que, com base na opinião dos consultores jurídicos e da administração, são classificados com probabilidade de êxito possíveis, e não estão provisionados. • Corretora é ré em processos por danos materiais e morais referentes a operações realizadas por investidores. A administração da Corretora discorda das exigências formuladas pelo autor apresentado contestações. • Processos trabalhistas em que se discute a inexistência de relação de emprego, e, consequentemente, as verbas correlatas, tais como horas extras e equiparação salarial. • Os processos administrativos, cíveis e trabalhistas que, com base na opinião dos assessores jurídicos e da administração, são classificados como perdas possíveis no montante de R$19.500 (R$31.614 em 31/12/2021), não são reconhecidos contabilmente. • Em 2011, a Corretora recebeu autos de infração da Receita Federal para exigência de valores relativos a: (a) IRPJ e CSLL em função (i) do pagamento de dividendos aos acionistas mediante a entrega de ações avaliadas a valores de livro; e (ii) do processo de desmutualização da BOVESPA e da BM&F; e (b) Contribuição para o PIS e COFINS em função (i) do processo de desmutualização da BOVESPA e da BM&F; e (ii) da importação de serviços de assessoria financeira. Em relação aos questionamentos sobre IRPJ e CSLL em função do pagamento de dividendos aos acionistas mediante a entrega de ações avaliadas a valores de livro e contribuição de PIS e COFINS em função do processo de desmutualização da BOVESPA e da BM&F. A cobrança pela União Federal a título de IRPJ e de CSLL decorrente do pagamento de dividendos aos acionistas mediante a entrega de ações avaliadas a valores de livro encontra-se encerrada no processo administrativo. A validade do débito é objeto de ação judicial, estando a sua exigibilidade suspensa por força de decisão liminar proferida em primeira instância pela Justiça Federal e confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo a sua perda classificada como possível pelos assessores jurídicos da Corretora. A Corretora questiona judicialmente o auto de infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ e de CSLL por suposta distribuição disfarçada de lucros quando da transformação societária das bolsas (Bovespa e BM&F) em sociedades anônimas ("desmutualização"). A Corretora alega que a operação de distribuição de dividendos "in natura" poderia ser realizada com base no valor de livro das ações. Dessa forma, com base na opinião dos assessores jurídicos, o valor em risco é de R$126.951 em 30/06/2022 (R$122.902 em 31/12/2021). A Corretora questiona judicialmente o auto de infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de cobrança de PIS e COFINS sobre a venda das ações que substituíram os títulos da Bovespa e da BM&F, sob a alegação de que as ações deveriam ser classificadas como integrantes do ativo circulante. A Corretora alega que as ações estariam corretamente classificadas como integrantes do ativo permanente, sendo que a venda das mesmas foi excluída da base de cálculo de PIS e COFINS conforme determina o art. 3, § 2, inciso IV da Lei 9.718/1998. Dessa forma, com base na opinião de seus assessores jurídicos, o valor da exposição tributária é de R$27.718 em 30/06/2022 (R$26.931 em 31/12/2021). **15. Patrimônio líquido.** a) Capital social. Em 30/06/2022 o capital social é representado por 179.485 ações ordinárias (31/12/2021 - 164.485). Em AGE datada de 30/06/2022, os acionistas aprovaram o aumento de capital no montante de R$3.609 com emissão de 15.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Tal aumento depende da aprovação do Banco Central do Brasil para ser incorporado ao capital. b) Dividendos. O estatuto prevê a destinação de dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido conforme legislação societária. No semestre findo em 30/06/2022, foram distribuídos R$6.445, sendo R$3.602 referente ao lucro do exercício e R$2.843 referente a reserva especial (31/12/2021 – R$2.000). No semestre findo em 30/06/2022, o valor do dividendo por ação é de R$21,12 (31/12/2021 – R$ 2,72). c) Reserva legal. Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social e aprovada em assembleia de acionistas. No semestre findo em 30/06/2022, foi constituído R$190 (31/12/2021 – R$22). d) Reserva de lucros especial. Constituída pelo lucro líquido do exercício não distribuído.

16. Outras despesas administrativas	30/06/2022	30/06/2021
Aluguéis	1.655	1.242
Comunicações	1.152	1.278
Depreciação e amortização	1.650	911
Processamento de dados	12.267	11.440
Propaganda e publicidade	2.932	2.747
Seguros	153	27
Serviços do sistema financeiro	2.343	1.792
Serviços técnicos especializados	2.953	5.100
Outros	2.600	1.742
	27.705	26.279

17. Receita com prestação de serviços	30/06/2022	31/06/2021
Taxa de administração de fundos e sociedades de investimento	2.424	2.796
Comissões	11.428	3.371
Rendas de corretagem de operações de bolsa	34.108	31.088
Outros	48	-
Totais	48.008	37.255

18. Transações com partes relacionadas. (a) A remuneração total dos Diretores durante o semestre findo em 30/06/2022, foi de R$4.115 (Em 31/12/2021 - R$14.055), a qual é considerada benefício de curto prazo. De acordo com a administração não existem outros benefícios de curto e longo prazo. (b) Durante o semestre findo em 30/06/2022, foi pago, a título de aluguel de sala comercial, o montante de R$337 (Em 31/12/2021 - R$674) à empresa JRS Empreendimentos, cujo acionista também é acionista da Ativa Investimentos. (c) Os acionistas da Corretora mantêm saldo de depósitos para investimentos e credores - conta de liquidação pendente junto à Corretora em 30/06/2022, no montante de R$113 (Em 31/12/2021 - R$335). **19. Gerenciamento de risco.** A gestão de risco das operações é efetuada por meio de políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio da Corretora, que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. Essas estruturas de gerenciamento e podem ser assim resumidas: a) Risco de mercado. A administração de riscos nas operações é efetuada através do monitoramento de limites e exposições aos riscos pela área de risco, que atua de forma independente das áreas de negócio. Os limites e posições são discutidos em Comitê de Risco & Compliance. Como rotina diária, a

Ativa Investimentos S.A. Corretora de Títulos, Câmbio e Valores

ATIVA Investimentos

CNPJ/MF nº 33.775.974/0001-04

área de risco controla as alavancagens dos clientes da Corretora como forma de limitar a exposição ao risco de mercado, realiza a marcação a mercado de sua carteira própria, além de pré-avaliar as chamadas de margem que ocorrerão no dia seguinte de forma a agir proativamente para evitar saldos negativos de seus clientes. Outra medida adotada pela área de risco em momentos de maior volatilidade no mercado é o estabelecimento de percentuais de sobre-garantias mais elevados comparativamente a momentos de normalidade. b) Riscos de liquidez. Controla-se o fluxo de caixa futuro, de forma a identificar possíveis descasamentos entre ativos e passivos. Além do fluxo de caixa contratado, verifica-se o comportamento do fluxo de caixa em cenários de stress, considerando renovações, resgates antecipados, diminuição de novas captações para a parte passiva da carteira da Corretora; renovações, defaults e atrasos para a carteira de crédito; e situações de stress de mercado sobre a carteira de ativos negociado sem bolsa. A Corretora também realiza testes de sensibilidade para impactos no valor de sua carteira própria de acordo com metodologia adotada pelo BACEN. c) Risco de crédito. A Corretora avalia continuamente o valor das aplicações de toda a sua base de clientes e as compara com os valores declarados pelos mesmo sem seu cadastro, mantendo as exposições dos clientes compatíveis com seu patrimônio declarado. Também são avaliadas continuamente a qualidade das garantias depositadas pelos clientes na Corretora, assim como os saldos em conta e os valores de patrimônio líquido de cada um dos clientes. d) Risco operacional. A gestão de risco é efetuada através da análise dos principais processos e identificação dos riscos e respectivos controles mitigadores. Anualmente, a Corretora realiza ciclo de autoavaliação para identificação e correção das deficiências de controles e emite relatório que consolida as deficiências identificadas e descreve e estrutura do gerenciamento do risco operacional adotado pela corretora. O risco operacional é subordinado à diretoria independente que mantém estreita interação com a área de Compliance, visando a segurança de todos os procedimentos. Os relatórios de gestão de riscos são de acesso público e encontram-se disponíveis na sede da Corretora: Av. das Américas, 3.500, Condomínio Le Monde, Ed. Londres, Sls 314 a 318, Barra da Tijuca, RJ, CEP 22640-102. Tel.: (21) 3515-0200. **20. Acordo Basileia.** Em outubro de 2013, entraram em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar. As instituições contábeis e entidades equiparadas têm que manter patrimônio de referência mínimo de 10,5% (10,5% em 2018) dos seus ativos ponderados por graus de risco às exposições em ouro, moedas estrangeiras e operações sujeitas ao risco operacional e às variações: cambial; de taxa de juros; de preço de commodities; e de preço de ações classificadas na carteira de negociação, conforme normas e instruções do BACEN. Em 31/12/2020 e 2019, os limites operacionais estão devidamente atendidos. A situação da Corretora, em relação ao risco de exposição das operações contábeis, está assim representada:

	30/06/2022	30/06/2021
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	28.530	27.403
Ativos ponderados por risco (RWA)	356.628	342.546
Risco de mercado	101.738	160.253
Risco de crédito	22.227	8.519
Risco operacional	232.662	173.774
Valor da margem ou insuficiência (PR - PRE)	19.485	34.809
Patrimônio de referência - PR	48.015	62.212
Índice de Basileia	13,46%	18,16%
Índice de Imobilização	14,94%	16,51%
Valor da margem ou insuficiência de imobilização	16.834	20.833

Diretor: Augusto Afonso Teixeira de Freitas
Diretora: Juliana Figueiredo de Oliveira
Rafael Gonçalves Frederick de Oliveira - Contador - CRC-RJ 119883/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas Ativa Investimentos S.A. Corretora de Títulos, Câmbio e Valores. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Ativa Investimentos S.A. Corretora de Títulos, Câmbio e Valores ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30/06/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ativa Investimentos S.A. Corretora de Títulos, Câmbio e Valores em 30/06/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos. Auditoria dos valores correspondentes ao semestre e exercício anterior.** Os exames das demonstrações contábeis do semestre findo em 30/06/2021 e do exercício findo em 31/12/2021 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria em 31/08/2021 e 6/04/2022, respectivamente, sem ressalvas e com ênfase referente a reapresentação dos saldos comparativos. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19/08/2022. PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5. Hugo Lisboa Ferreira - Contador CRC 1RJ116875/O-0.

Três perguntas: os fundos de pensão estão blindados contra corrupção?

Por Jorge Priori

Conversamos com Bernardo Viana, sócio do escritório Almeida Advogados, sobre se os fundos de pensão das estatais estão blindados contra a corrupção.

Os fundos de pensão das estatais estão blindados contra a corrupção?

Em primeiro lugar, não, já que é impossível existir uma blindagem de 100%. Sem querer ser exageradamente técnico, eu posso ter a melhor legislação, a melhor regulação, o melhor programa no papel, as melhores instâncias, a melhor governança, as melhores políticas internas de auditoria, investigação, treinamento e comunicação, mas se isso não for bem feito, é impossível você ter 100% de certeza. Ainda que você faça tudo que está planejado, você tem a possibilidade de ter um empregado tomando uma medida que não seja correta.

Como nós estamos falando de fundos de pensão das estatais, estamos falando de estruturas que são muito travadas por regulação e pela existência de auditorias do TCU, dos patrocinadores e dos próprios fundos. A meu ver, os problemas que ocorreram num passado recente foram muito mais uma falha de quem estava nas cadeiras e dos órgãos competentes em prevenir e fiscalizar em real time, em vez de se deixar tomar prejuízos por anos, do que a existência dos fundos de pensão em si.

Por mais que os fundos de pensão não estejam blindados, em tese, eles estão em melhores condições do que há 7, 8 anos atrás. Em tese, há um risco menor do que aconteceu se repetir, mas não só pelos motivos de melhoria de governança, mas porque eles estão totalmente deficitários. Há muito dinheiro, mas não é como era antes.

Ainda que se pense para o futuro, ainda não se resolveu o passado. Por exemplo, o Postalis está com um rombo de R$ 12 bilhões, sendo que apenas a metade está equacionada, ou seja, contabilmente provisionada com base nas contribuições adicionais que os carteiros estão fazendo.

Mesmo assim, os fundos estão mais bem preparados. A própria existência do problema anterior facilita que haja visibilidade com relação ao problema presente e futuro, mas ainda é totalmente possível que se descubra alguma coisa. Um detalhe interessante é que o grande gatilho dos problemas do passado foram os déficits. Se isso não tivesse acontecido da forma como foi, talvez os problemas nunca tivessem sido descobertos.

A Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, também conhecida como Lei das Estatais, protegeu as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as subsidiárias. Os fundos de pensão das estatais tiveram uma legislação específica nesse sentido, ou, pelo menos, estão protegidos pela Lei das Estatais?

Essa é uma boa pergunta. A Lei das Estatais se aplica a todas as estatais. Ela não se aplica diretamente aos fundos de pensão, mas sim indiretamente, já que ela se aplica aos seus patrocinadores como Correios, Petrobras, Caixa e Banco do Brasil.

É impossível ter compliance, combate à corrupção ou tentativas de proteção sem que haja governança. A Lei das Estatais atacou muito esse ponto, colocando muitas restrições obrigatórias para as estatais. Isso já ajuda bastante.

Agora, isso vai ser aplicado? Está sendo fiscalizado corretamente? Todas as estatais estão seguindo em todos os aspectos? O problema é muito mais de execução do que de forma.

Apesar de nós termos complexo de vira-lata na hora de avaliarmos os nossos órgãos, eles têm muita capacidade técnica. Minha experiência com a CGU em acordos de leniência e programas de compliance é excelente. Seu corpo técnico é muito bom. Só que órgãos como TCU, Coaf, Polícia Federal e CGU precisam de mais recursos. Ainda que tenham um corpo técnico muito bom, eles não dão conta, já que é muita coisa para analisar e auditar.

Se não me engano, os danos causados ao Postalis vão de 2010 a 2019. Estamos em 2022, mas ainda muito longe de termos qualquer reparação. O problema não é falha técnica ou a inexistência de uma legislação que permita uma auditoria ou uma supervisão. O problema é a execução, e dentro dela, a alocação de recursos.

O Postalis é o exemplo mais grosseiro do que aconteceu com os fundos de pensão das estatais. Na sua opinião, se tirou alguma lição desse exemplo? Alguma coisa foi aprendida?

Sim, mas poderia ter se aprendido muito mais se as reparações já tivessem sido impostas. Nós temos um problema quando se passa tanto tempo sem que haja condenação firme em relação a todos os responsáveis, especialmente em se reparar os danos causados a milhares de famílias de carteiros. Com isso, nós temos uma sensação de impunidade. Para quem mais possa ter o interesse de cometer o ilícito, essa sinalização é muito ruim.

Com certeza se aprendeu, já que hoje se tem visibilidade sobre as coisas grosseiras que aconteceram não só com o Postalis, mas também com outros fundos. Só que isso foi suficiente? Nós não poderíamos ter feito muito mais com as informações que foram descobertas?

No Postalis estavam vários os incentivos no sentido de haver muita gente interessada em cometer ilícitos, além da falta de fiscalização e o clima de impunidade que existia na época. Nós estamos falando do período pré Lava Jato, pré Lei Anticorrupção, pré Lei das Estatais e pré impeachment da Dilma. Enfim, era um outro tom, um outro ambiente de se fazer negócios.

‘Oscar do Seguro’: a volta da premiação presencial

“Estamos aqui reunidos para celebrar esse renascimento que tanto nos alegra e revigora. O fato de estarmos juntos, presencialmente, por si só, já seria motivo para uma grande comemoração”. Assim, o presidente do Clube Vida em Grupo do Rio de Janeiro (CVG-RJ), Octávio Perissé, saudou os vencedores da 46ª edição da premiação “Destaques do Ano 2021-2022”, o “Oscar do Seguro”, promovida pelo clube, que contou com a presença de mais de 300 pessoas.

Ao falar da volta presencial do evento se disse esperançoso quanto a reencontros e otimismo que o futuro reserva. “O setor cresceu 19,6% no primeiro semestre, com faturamento de R$ 80 bilhões. E o ramo vida vem se destacando, com participação de 34,2% do total arrecadado pelo setor no semestre.”, observou Perissé, citando dados do boletim IRB/mercado, da plataforma IRB+inteligência.

Logo em seguida, mais um momento de grande emoção, com a subida ao palco do presidente do Conselho Consultivo, Lucio Marques – presidente do CVG por duas gestões – que foi aplaudido de pé pela plateia. “Acabei de escrever um livro de 200 páginas no qual mostro o amor e carinho pelo CVG-RJ. Sinto muita alegria em participar novamente desta festa e parabenizo todos os premiados”, acentuou.

Nesse início do evento houve tempo ainda para a entrega de uma placa ao delegado da Associación Profesional de Mediadores de Seguros (Apromes), Cesar Gonzáles. O CVG-RJ mantém com essa entidade espanhola um acordo de cooperação cultural. O executivo veio especialmente da Espanha para receber o título conferido à Apromes de “organização sócia honorária do CVG-RJ”.

Premiação

A Bradesco Seguros foi eleita a “Seguradora do Ano” e seu presidente, Ivan Gontijo, o “Homem de Seguro do ano”. Os dois troféus foram recebidos pelo diretor da Organização de Vendas da Bradesco Seguros, Leonardo Freitas. “Esta premiação mostra que estamos no caminho certo e aumenta a responsabilidade da Bradesco Seguros, para que seja cada vez melhor para os clientes, corretores e assessorias”, pontuou Freitas, que também é e vice-presidente do Sindicato das Seguradoras de São Paulo (SindSeg/SP).

A Tokio Marine foi agraciada como “Seguradora de Vida” e a Porto Saúde, como a “Seguradora de Saúde”. Pela Tokio Marine, recebeu o troféu “Oscar do Seguro” o gerente Regional da companhia, Luiz Gustavo Costa, para quem o seguro de vida oferece “muitas oportunidades no mercado brasileiro”. Para ele, o trabalho nessa carteira é nobre, “mas árduo”.

Coube ao gerente Comercial da Porto Saúde no Rio de Janeiro, Sandro Reis, agradecer a premiação em nome da companhia. “Estamos muito felizes e aproveito para agradecer o apoio e empenho dos nossos parceiros”, frisou.

Já a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), eleita a “Instituição do Ano”, foi representada na premiação pela diretora jurídica da entidade, Glauce Carvalhal, segunda a qual “quanto mais seguro, mais desenvolvida é a sociedade”.

A “Liberty Seguros recebeu o “Oscar do Seguro” referente à categoria “Melhor Campanha de Publicidade”. O troféu foi entregue ao diretor da companhia, André Lewkovitch, que agradeceu premiação e elogiou o CVG-RJ. “Quero parabenizar o CVG-RJ pelo trabalho que vem sendo realizado”, destacou.

Premiada como “Operadora de saúde do Ano”, a Assim Saúde foi representada no evento pelo diretor Comercial, Fabio Maia. “Dedico esta premiação aos nossos seis mil colaboradores, 700 mil clientes, 10 mil médicos conveniados e 12 mil corretores de seguros parceiros”, afirmou o executivo.

Os “Destaques Profissionais do Ano” foram Patrícia Disconsi, superintendente regional da SulAmérica, que dedicou o prêmio a sua equipe e aos corretores do Rio de Janeiro, e Fabio Lessa, diretor Comercial da Capemisa, que se disse honrado ao receber o prêmio e ressaltou a importância do seguro de vida. “É nossa responsabilidade buscar dar cobertura a todas as famílias”, frisou, citando dados segundo os quais menos de 20% da população têm a cobertura desse seguro.

Outra premiada foi a Super Qualidade Gestão em Seguros, eleita a “Corretora de Seguros do ano”. O prêmio foi recebido pelos sócios da empresa Nelson Barbosa, que se emocionou bastante ao citar o pai, morto pela Covid, e Carlos Albano. “Dedico esse prêmio ao meu pai, morto pela Covid e manifesto meu orgulho por não ter demitido qualquer colaborador ao longo da pandemia”, disse Barbosa.

Por fim, mais um momento que gerou muitos aplausos dos presentes, especialmente do público feminino, quando a gerente da filial Rio de Janeiro da Allianz, Aline Carneiro, falando em nome de Lívia Prata, diretora regional da companhia, premiada como a “Mulher de Seguro do Ano”, dedicou a premiação “a todas as mulheres do mercado de seguros”.

O evento contou com a participação de vários conselheiros atuais e antigos do CVG-RJ. Contou também com a presença internacional do delegado da Apromes, Cesar Gonzáles; do diretor geral do Disque Denúncia, Comandante Renato Gonçalves de Almeida; o candidato a Deputado Federal, Marcus Vinicius Martins; Pablo Guimarães presidente do Sindseg RJ/ES, além de diversas lideranças regionais e estaduais dos Sindicatos das Seguradoras e dos Corretores, CVGs, Clubes técnicos e sociais de Seguros.

Após o coquetel de boas-vindas e durante a premiação foi servido o jantar e ao final o conjunto “Banda Anjos da Noite” encerrou a festa com música para todos dançarem e comemorarem mais um evento inesquecível do CVG-RJ.

Rivaldo Leite no jantar de negócios promovido pelo Clube dos Seguradores da Bahia

O Clube dos Seguradores da Bahia, entidade que completou 63 anos de atividades ininterruptas, recebe no próximo dia 15, às 19 horas, o vice-presidente Comercial e de Marketing da Porto e presidente do Sindseg-SP, Rivaldo Leite. O executivo vai falar sobre os detalhes das linhas de produtos da Porto Seguro e das perspectivas da empresa.

O evento acontece no Fiesta Bahia Hotel, em Salvador. O próximo jantar de negócios está agendado para o dia 20 de outubro, às 19 horas, com o vice-presidente da Junto Seguros, Guilherme Malucelli. Em novembro, a entidade recebe a HDI Seguros. Fausto Dorea, presidente do Clube dos Seguradores da Bahia, convida os associados e os executivos das seguradoras que atuam na região, para mais um encontro de relacionamentos que fomenta as atividades do setor.

ÁGUAS DO IMPERADOR S/A
CNPJ nº 02.150.327/0001-75 - NIRE 33.3.0016655-6
Edital de Convocação. Convocamos os Srs. Acionistas desta Cia. a se reunirem no dia 16/09/2022, às 8 h, na sede da sociedade na Rua Dr. Sá Earp nº 84, Morin, Petrópolis/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Deliberação sobre o provisionamento e pagamento de Juros sobre Capital Próprio; e **(b)** Assuntos gerais da Cia. Petrópolis, 06/09/2022. João Henrique Tebyriça de Sá - Diretor; André Lermontov - Diretor.

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
AVISO DE LEILÃO
O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna público, para conhecimento dos interessados, que, no dia 05 de outubro de 2022 às 10h00min, no auditório do CLUBE DE ENGENHARIA, situado à Av. Rio Branco nº 124, 22º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, realizará o leilão **APLDETRO-PCERJ02-22**, na forma online e presencial, dos veículos apreendidos ou removidos a qualquer título, classificados como conservados e não reclamados por seus proprietários dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recolhimento, conforme Portaria DETRO/PRES nº 1537 de 04 de agosto de 2020, tendo como leiloeiro o Sr. GEILSON ALMEIDA, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 287. A cópia do edital poderá ser consultada através dos sites **www.detro.rj.gov.br / www.aplleiloes.com.br.**

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
DO CONDOMÍNIO WINGS RESIDENCE
Ref.: Assembleia Geral Ordinária – Modalidade Virtual
Prezados Condôminos, convocamos os srs. coproprietários do empreendimento residencial em construção “WINGS RESIDENCE”, situado na Rua Giocondo Dias, lote M-24 do PA 34291 – Barra Bonita – Recreio dos Bandeirantes – RJ, para participarem da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em formato virtual, no dia 22 de setembro de 2022 (quinta-feira), com início às 18h em primeira convocação com a presença da metade dos condôminos e às 18h30min. em segunda convocação com qualquer número de participantes, com transmissão pela plataforma ZOOM, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1. Apresentação Fotográfica da Obra; 2. Andamento da Obra; 3. Apresentação do Cronograma Físico-Financeiro da Obra; 4. Eleição de Síndico.** O link, Usuário e senha para acesso a reunião foram enviados para o e-mail de cadastro dos condôminos. **Procedimentos para participação e habilitação dos condôminos e procuradores:** 1. A participação de todos os condôminos é permitida, entretanto, somente os condôminos quites com suas obrigações contratuais poderão votar e serem votados; 2. O condômino que não puder participar, poderá indicar um procurador legalmente constituído, para representa-lo na assembleia, desde que a procuração seja encaminhada com 5 (cinco) dias úteis antes da realização do evento para o endereço eletrônico crc@calper.com.br, a fim de analisarmos e validarmos o referido documento internamente; 3. Considerando o caráter personalíssimo do cargo de Síndico, só poderá ser votado aquele que for titular, sendo vedada a representação por mandato para este caso; 4. No dia da assembleia, ao ingressar na plataforma “Zoom” o condômino deverá preencher os campos obrigatórios, tais como, **Nome, Sobrenome, E-mail, Unidade, Nome e CPF do Titular**. Caso o participante seja um procurador, o campo **Nome** deverá constar o nome do procurador. 5. Os participantes permanecerão com áudio e vídeo desligados, sendo estes liberados no momento em que houver o interesse em falar, se manifestando através da ferramenta “levantar a mão” ou através do envio de mensagens através da ferramenta **Q&A**. 6. Para a participação da assembleia, a construtora orienta que o condômino utilize uma estrutura adequada de internet e equipamentos que suportem a transmissão de vídeo e áudio, o uso de internet banda larga ou similar, assim como o ambiente adequado ao tipo de reunião; 7. O presidente da assembleia poderá determinar o uso da ferramenta de votação da Easyvote no decorrer da transmissão, sempre que julgar necessário, nesse momento todos os participantes deverão acessar a plataforma de votação, no link constante nesta convocação. Ressaltamos a importância da participação de todos os coproprietários a esta assembleia, pois as deliberações tomadas obrigarão a todos. Atenciosamente,
C45 Empreendimentos Imobiliários LTDA.

ÁGUAS DO PARAÍBA S/A
CNPJ nº 01.280.003/0001-99 - NIRE 33.3.0016334-4
Edital de Convocação. Convocamos os Srs. Acionistas desta Cia. a se reunirem no dia 16/09/2022, às 08 h, na sede da sociedade à Rua Avenida Dr. José Alves de Azevedo nº 233, Parque do Rosário, Campos dos Goytacazes/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Deliberação sobre o provisionamento e pagamento de Juros sobre Capital Próprio; e **(b)** Assuntos gerais da Cia. Campos dos Goytacazes, 06/09/2022. Marcio Salles Gomes - Diretor. Juscelio Azevedo de Souza - Diretor.

ÁGUAS DE NITERÓI S/A
CNPJ nº 02.150.336/0001-66 - NIRE 33.3.0026182-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Convocamos os Srs. Acionistas desta Cia. a se reunirem no dia 16/09/2022, às 12h, na sede da sociedade na Rua Marques de Paraná, nº 110, Centro, Niterói/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Deliberação sobre o provisionamento e pagamento de Juros sobre Capital Próprio; e **(b)** Assuntos gerais da Cia. Niterói, 06/09/2022. Bernardo Machado Alves Gonçalves - Diretor; Thiago Contage Damaceno - Diretor.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI - CPL/SEMUS
AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO Nº: 009/SEMUS/2022 PE **MODALIDADE:** PREGÃO ELETRONICO **PROCESSO:** 3950/2022 **REQUISITANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE **REALIZAÇÃO:** 27/09/2022 **HORA:** 10:00 hs **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE INSUMOS (VENENO) PARA CONTROLE DE PRAGAS,ROEDORES E ARBOVIROSES, PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, DE FORMA PARCELADA CONFORME A NECESSIDADE DA SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, PROGRAMA VIGILÂNCIA AMBIENTAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.** O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Japeri, http://siapegov.japeri.rj.gov.br/portal-transparencia/home, ou, ainda, por meio da Comissão Permanente de Licitação/CPL – SEMUS, situada a Estrada Vereador Francisco da Costa Filho nº 1993 – Santa Inês – Engenheiro Pedreira – Japeri – RJ, no horário de 09:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados. O requerimento será feito mediante preenchimento de formulário próprio da CPL/SEMUS. No ato de requerimento do Edital, os interessados deverão trazer 01 (um) Portador de Mídia, no qual serão gravados o Edital e seus Anexos. Os arquivos serão gravados de forma a permitir somente sua leitura e impressão. Japeri – RJ, 08 de setembro de 2022.
CAÍQUE PEREIRA RIBEIRO
Pregoeiro – CPL/SEMUS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI - CPL/SEMUS
AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO Nº: 008/SEMUS/2022 PE **MODALIDADE:** PREGÃO ELETRONICO **PROCESSO:** 4289/2022 **REQUISITANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE **REALIZAÇÃO:** 29/09/2022 **HORA:** 10:00 hs **OBJETO: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL E GARRAFÃO DE POLICARBONATO, PARA ATENDER AS DEMANDAS SECRETARIAS MUNICIPAL DE SAÚDE- SEMUS E SEUS DEPARTAMENTOS E PROGRAMAS E AO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAPERI - CONSAJ, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES,.** O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Japeri, http://siapegov.japeri.rj.gov.br/portal- transparencia/home, ou, ainda, por meio da Comissão Permanente de Licitação/CPL – SEMUS, situada a Estrada Vereador Francisco da Costa Filho nº 1993 – Santa Inês – Engenheiro Pedreira – Japeri – RJ, no horário de 09:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados. O requerimento será feito mediante preenchimento de formulário próprio da CPL/SEMUS. No ato de requerimento do Edital, os interessados deverão trazer 01 (um) Portador de Mídia, no qual serão gravados o Edital e seus Anexos. Os arquivos serão gravados de forma a permitir somente sua leitura e impressão. Japeri – RJ, 08 de setembro de 2022.
CAÍQUE PEREIRA RIBEIRO
Pregoeiro – CPL/SEMUS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AGE do TIPO: Presencial
COOPERATIVA SHOPPING NORTE DE TRANSPORTES LTDA
CNPJ 03.070.150.0001-60
O Diretor Presidente da cooperativa acima em epígrafe convoca todos os cooperados em pleno gozo de suas obrigações estatutárias P/participarem da AGE, a realizar-se no dia 20.09.2022. RUA JOSE DOS REIS, 1680, Sobrado–Inhaúma–RJ. Com as seguintes CONVOCAÇÕES: às 08:00 em 1a C/presença mínima de 2/3; às 09:00 em 2ª C/1/2+1 e às 10:00 em 3a e última C/presença mínima de 10(dez) cooperados para a deliberarem as seguintes ORDENS DO DIA: 1)- Aprovação do novo Regulamento do FASBEN com novas regras e obrigatoriedade a todos cooperados; 2)- Mudança no art.5º, no capitulo I, alterando de 05 anos para 08 anos a admissão de novos cooperados.
CARLOS EDUARDO VIEIRA. Diretor-Presidente. 07.09.2022.

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.
CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63 - NIRE: 33.3.0028405-2
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam os Senhores Acionistas da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**, sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 (“Companhia”), convocados para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia **19 de setembro de 2022, às 15:00 horas**, na sede social da Companhia, situada na Rua da Assembleia nº 10, 33º e 34º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) A alteração do “*caput*” do art. 17 do Estatuto Social, que regula a composição do Conselho de Administração da Companhia; (ii) A alteração do parágrafo 4º, do art. 23 do Estatuto Social, que estabelece limite da alçada da Diretoria para assinatura de contratos ou documentos que importem obrigações para a Companhia. Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2022. Jorge Manuel Pereira Dias - Presidente do Conselho de Administração. **INSTRUÇÕES GERAIS:** As alterações propostas do Estatuto Social se encontram à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, na forma do § 3º do art. 135 da Lei das Sociedades por Ações. O Acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar o respectivo mandato, com poderes especiais, na sede social da Companhia até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização da Assembleia Geral Extraordinária.

COMARCA DA CAPITAL/RJ
JUIZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL
EDITAL de 1º e 2º PÚBLICO LEILÃO ONLINE E INTIMAÇÃO, com prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação de Procedimento Comum proposta pelo **CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO VILA NOVA em face de ESTEBAN CASTELLO BRANCO E SILVA** - **Processo nº. 0107023- 36.2019.19.0001,** passado na forma abaixo: A DRA LINDALVA SOARES SILVA - Juíza de Direito Titular da Vara acima, Faz saber por este edital aos interessados, de que **15/09/2022 e 20/09/2022, a partir das 13:20 horas**, com término às 13:40 horas, através da **Plataforma de Leilões On-line - www.gustavoleiloeiro.lel.br**, pelo Leiloeiro Público GUSTAVO PORTELLA LOURENÇO, será apregoado e vendido o imóvel: **APARTAMENTO 301 DO EDIFÍCIO VILA NOVA LOCALIZADO NA RUA ANTÔNIO PARREIRAS Nº 60, IPANEMA/RJ,com direito a uma vaga de garagem, AVALIADO EM R$ 700.000,00 (Setecentos mil reais).** – O edital na integra está afixado no local de costume, nos autos acima, no site www.gustavoleiloeiro.lel.br, e no site do sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.

Condições financeiras globais ficaram mais restritivas

Ata do Comef alerta sobre aumento dos custos de financiamento

O Banco Central divulgou nesta quinta-feira a ata da 50ª reunião do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef), realizada na semana passada. De acordo com a ata, o sistema financeiro das principais economias segue resiliente. "A inflação permanece alta, levando grande parte dos bancos centrais a promover novos apertos na política monetária. Em consequência, as condições financeiras globais têm se deteriorado, levando à reprecificação dos ativos e ao aumento dos custos de financiamento", avalia o comitê.

Também destaca que o endividamento e o comprometimento de renda das famílias têm aumentado. No caso das pessoas jurídicas, já se observa um aumento dos ativos problemáticos nas microempresas. Assim, uma frustração substancial do desempenho da atividade econômica pode resultar em elevação do risco de crédito

Contexto mundial

As condições financeiras globais ficaram mais restritivas. A eventual materialização de cenários extremos de reprecificação de ativos financeiros globais devido ao aperto monetário, riscos de recessão, e riscos geopolíticos pode levar a impacto significante sobre economias emergentes. O Comef avalia que a exposição do SFN ao risco da taxa de câmbio é baixa e a dependência de funding externo é pequena. "O Comitê está atento à evolução do cenário internacional e segue preparado para atuar, minimizando eventual contaminação desproporcional sobre os preços dos ativos locais", destacou texto da ata.

As instituições financeiras (IFs) nesses países mantêm níveis de capital e liquidez. Simulações do BC e testes de estresse realizados pelas jurisdições indicam que o sistema financeiro global permanece preparado para suportar choques adicionais.

Na China, a manutenção da política de Covid-zero combinada à contração do mercado imobiliário continuam sendo obstáculos à recuperação do ritmo de crescimento da economia. Na Europa, o conflito geopolítico continua provocando disrupções no fornecimento de gás e outras commodities energéticas, com consequências para a inflação e para a atividade, agravando os riscos de recessão na região. Diante de todos esses fatores, as perspectivas para o crescimento global pioraram.

A deterioração do cenário macroeconômico global ainda não se traduziu em aumento relevante da inadimplência bancária, mas tem levado bancos globais com importância sistêmica (GSIBs) a elevar provisões de forma preventiva. Diante do cenário macroeconômico mais desafiador, várias jurisdições mantiveram ou aumentaram seus *buffers* contracíclicos de capital para fortalecer a resiliência dos bancos.

Impacto

A materialização de cenários extremos de reprecificação de ativos financeiros no mercado global pode levar a impacto significante sobre as economias emergentes. A normalização das políticas monetárias e macroprudenciais nesses países e a transparência na condução da política monetária nas principais economias avançadas continuam contribuindo para mitigar esse risco.

Os membros do Comef concluíram que o crescimento do crédito amplo continua condizente com os atuais fundamentos econômicos. O crédito para pessoas físicas permanece avançando de forma mais acelerada em operações de maior risco e retorno e em operações ligadas a transações de pagamento. O crédito às micro, pequenas e médias empresas manteve o ritmo de crescimento.

As empresas de maior porte, por sua vez, continuam acessando principalmente o mercado de capitais, mas também incrementaram operações com o sistema bancário recentemente. As provisões mantiveram-se adequadas, acima das estimativas de perdas esperadas. A materialização do risco de crédito para empresas permaneceu estável, exceto para microempresas. O percentual de ativos problemáticos relacionados a esse grupo começou a aumentar, mesmo com a grande expansão da carteira de crédito.

No caso das famílias, o aumento de ativos problemáticos tem superado o crescimento da carteira de crédito. Essa tendência deverá permanecer com o crescimento do crédito em modalidades mais arriscadas. Os níveis de capitalização e de liquidez do SFN mantiveram-se superiores aos requerimentos prudenciais. Os bancos seguem otimizando sua gestão de liquidez com o objetivo de eliminar excessos e de se adequar às atuais condições de mercado e à concorrência por funding.

As operações com cartão de crédito e de crédito não consignado crescem em ritmo elevado. Os ativos problemáticos nessas modalidades têm se elevado, mas ainda dentro dos padrões históricos. O Comef avalia que é importante que os intermediários financeiros continuem preservando a qualidade das concessões. Criado em 2017, o Comef é um órgão importante para o Banco Central do Brasil (BC). É um tipo de guardião do BC. Protege a instituição monetária para que seja uma instituição segura e que não leve o país a uma crise financeira. O presidente e diretores do Banco Central *são membros do Comef.*

Fundos de investimento: mais aportes que resgates em agosto

Os fundos de renda fixa impulsionaram a categoria fundos de investimentos, que encerraram o mês com saldo positivo de R$ 18,5 bilhões. Os fundos de investimento tiveram mais aportes que resgates, de R$ 3,7 bilhões em agosto, mudando o movimento negativo observado em julho. Os dados constam do Boletim de Fundos da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e3 de Capitais (Anbima).

O resultado positivo foi puxado pelos fundos de renda fixa, produtos mais conservadores em tempos de juros altos. A classe encerrou o mês com saldo líquido de R$ 18,5 bilhões. "A tendência é que essa preferência pela renda fixa permaneça nos próximos meses, sobretudo, por causa do nível dos juros e da proximidade com as eleições, que geram incertezas comuns a qualquer ano eleitoral", avalia Pedro Rudge, vice-presidente da Anbima.

Os fundos de ações, por sua vez, registraram mais resgates do que aportes em agosto, com saldo líquido negativo de R$ 5,5 bilhões. Em 2022, a classe apresentou resultado positivo mensal apenas em junho. Seguindo tendência observada em todos os meses deste ano, os fundos multimercados também terminaram agosto no negativo, com resgates líquidos de R$ 1,8 bilhão, apontou o boletim.

Rentabilidade

Apesar da fuga dos investidores dos fundos de ações, todos os tipos tiveram rentabilidade positiva em agosto. A melhor performance foi do tipo small caps (investem em ações de empresas com relativa baixa capitalização de mercado), com retorno de 9,34% no mês. No acumulado do ano, porém, as perdas desse tipo chegam a 2,57%.

Além da captação líquida positiva, os fundos de renda fixa perfomaram bem em termos de retorno em agosto. Apenas um produto, o de dívida externa (investem ao menos 80% em títulos representativos da dívida externa de responsabilidade da União), apresentou rentabilidade negativa no mês (0,82%). No ano, a perda é de 12,43%.

Entre todos os fundos de renda fixa, nos oito primeiros meses do ano, o destaque fica por conta dos de duração alta grau de investimento (investe, no mínimo, 80% da carteira em títulos públicos e ativos de baixo risco), que apresenta melhor retorno com 8,69% (0,08% em agosto).

Na classe dos multimercados, os fundos long and short neutro (fazem operações de ativos e derivativos ligados ao mercado de renda variável, montando posições compradas e vendidas) mantiveram tendência anual de melhor performance, com rendimento de 5,64% no mês e 18,14% no acumulado de 2022.